

As adaptações Curriculares como mecanismos de progressão na escola
Inclusiva

Clair Lima Vasconcelos- UNIP Interativa

clairvasc@hotmail.com

Resumo: O presente artigo centra-se na leitura analítica de módulos do curso de Educação Inclusiva da FTC, módulos do curso de extensão EAD portal do Portal Educação, do módulo de curso da disciplina Educação Inclusiva, EAD, do Curso de Pedagogia, da UNIP, de alguns artigos dos professores PDE das turmas de 2007 a 2010 da SEED –PR. O enfoque mais detalhado pontua as Adaptações Curriculares. A relevância na seleção de leituras para esta pesquisa foi a seleção de temas que se relacionam e são aplicáveis nas práticas de sala de aula do ensino regular inclusivo. Desta maneira o leitor vai dispor de informações que enumeram os vários tipos de Adaptações Curriculares. Além disso, os referenciais analisados e discutidos apontam encaminhamentos metodológicos que oportunizam a aprendizagem nas diversas modalidades de inclusão. O suporte teórico dessa pesquisa coloca como fio condutor da aprendizagem da escola inclusiva, a integração e a interação como mola propulsora da progressão dos alunos inclusos NEES. Entretanto o fazer acontecer está centrado na práxis do professor que precisa estar em formação continuada e em contato com outros profissionais que também atuam na Educação Inclusiva para trocar informações e experiências.

Palavras-Chave: Adaptações curriculares, Mecanismos, Educação inclusiva.

Keywords: Curricular Adaptations, Mechanisms, Inclusive Education.

Abstract:

This article focuses on analytical reading of modules of the course of Inclusive Education of the FTC, modules of the course of EAD extension portal Portal Education, of course module of the discipline Inclusive Education, EAD, the Pedagogy Course, UNIP, some articles of teachers PDE from the classes of 2007 to 20010 of SEED -PR. The focus more detailed punctuates the

curricular adaptations. The relevance in the selection of readings for this research was the selection of themes that are related to and are applicable to the classroom practice of regular education inclusive. This way the reader will have information which list the various types of curricular adaptations. In addition, the references were analyzed and discussed point referrals methodological oportunizam learning in the various forms of inclusion. The theoretical support of this research puts as conductor of learning of inclusive school integration and interaction as propelling force of progression of the students included NEES. However the make happen is centered in the praxis of the professor who needs to be in continuing education and in contact with other professionals that also act on Inclusive Education to exchange information and experiences.

INTRODUÇÃO

O desafio da educação especial brasileira é a implementação de uma cultura de inclusão. Porém observa-se a partir da nossa escola, que os principais agentes de inclusão são os professores e que estes afirmam não ter o conhecimento necessário que dê segurança ao trabalhar a inclusão. Um olhar para a trajetória da Educação especial e o comportamento de exclusão social deixaram marcas profundas que feriram os direitos humanos. Para registrar esses acontecimentos recorre-se FERNANDES (2007) que fala da era Pré-cristã como agiam com relação às pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência visível e eram excluídas, algumas vezes até exterminadas pela sociedade da época por serem consideradas improdutivas. E não tinham nenhum valor social.

Com o crescimento da Igreja Católica na idade média, a sociedade viu que tinha um padrão dentro da normalidade e os que estavam fora eram segregados. Fez-se necessário uma postura cristã que reconhecesse todos os seres humanos, independentemente de qualquer diferença, são filhos de Deus. Houve mudanças significativas e as pessoas com algum tipo de anormalidade, receberam um pouco mais de atenção e proteção, sendo criados abrigos e asilos onde essas pessoas tinham assistência.

O tempo foi passando e a Igreja Católica perdeu o seu poder absoluto. A ciência começou a se fortalecer, começavam as explicações sobre que antes

era considerado inquestionável pela Igreja. Através dos esclarecimentos científicos, as deficiências não mais eram vistas como "obras do demônio" mais sim como uma condição determinada geneticamente. Ela afirma que

“A sociedade desenvolveu outra concepção em relação às pessoas com necessidades especiais. E assim surgiram as primeiras instituições especializadas para cuidar das pessoas deficientes. Mas, o grande preconceito ainda continuava. E a luta incansável pela inclusão de pessoas com necessidades especiais só foi fortalecida em 1948 com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e logo após com a ajuda da Organização das Nações Unidas - ONU que criou um código de ética para assegurar que nenhum ato de natureza discriminatória ocorra contra as minorias sociais”.(FERNANDES,2007)

Hoje nota-se que os professores no geral sensibilizam-se com os alunos que apresentam dificuldades e deficiências, mas temem trabalhar com a inclusão destes alunos por não terem o conhecimento de como fazer para que estes alunos se desenvolvam acompanhando a turma. Daí a necessidade de conhecer e socializar estudos que possam ser disponibilizados a todos que necessitam de suporte para fundamentar o trabalho com alunos inclusos. O artigo 208 prevê o atendimento educacional especializado, e a inclusão escolar,ⁱ com base na diversidade, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais.

A fundamentação filosófica pressupõe que todos os alunos de uma comunidade, independente de suas necessidades educacionais especiais, etnia, gênero, diferenças linguísticas, religiosas, sociais, culturais, entre outras, tem o mesmo direito de acesso à escolarização, com o grupo de sua faixa etária e que a escola deva acolher e valorizar as diferenças.

A educação especial, por sua vez, converte-se em uma modalidade transversal de educação escolar que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de educação, por meio da realização do atendimento educacional especializado, definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais, orientando e colaborando com a educação regular comum, em benefício de todos os alunos.

Por volta dos anos 90 o “atendimento especializado”, é entendido como sinônimo de escolarização realizada pelas escolas com classes especiais, Centros de Atendimento Especializado, Professor Itinerante e Instituições específicas voltadas para cada área de deficiência alimentaram por longo período as práticas educacionais direcionadas a alunos com deficiência, bem como a formação de professores de educação especial. Isso fez parte desse período e, se tinha a ideia de que os alunos com deficiência não eram capazes de aprender. Essa cultura provocou a existência de um sistema, que impedia a inclusão escolar dos alunos nas escolas de rede regular de ensino.

A mudança de conceitos ocorreu no acompanhamento do trabalho com os alunos deficientes, pois se constatou que os alunos ditos especiais também aprendiam.

Esses relatos demonstraram a aprendizagem dos alunos com NEEs deram inícios às discussões, pesquisas, encontros e as Declarações no nível mundial em favor das pessoas com deficiência serem incluídas no ensino regular. E tentou-se corrigir este erro, na medida em que as teorias se aprimoraram.

Assim, de acordo com os documentos sobre Inclusão (MEC 2006), o atendimento educacional especializado deve ser uma ação dos sistemas de ensino para acolher a diversidade ao longo do processo educativo. Constitui parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns. *****Deve ser ressaltado que o conceito da Escola Inclusiva conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC/SEESP, 1998), implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogêneas.

A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais... Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar

ao professor e a escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. Sendo assim, a Educação Especial já não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de medidas que a escola regular põe ao serviço de uma resposta adaptada à diversidade dos alunos.

Foi neste parâmetro que no Brasil, a necessidade de se pensar um currículo para a escola inclusiva foi oficializada a partir das medidas desenvolvidas junto à Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Neste documento explicita-se o conceito de adaptações curriculares, consideradas como: estratégias e critérios de situação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (MEC/SEESP/SEB, 1998, p.15).

Portanto estes dois tipos de adaptações curriculares são importantes para trabalhar com alunos que apresentam NEEs, são as chamadas adaptações de acessibilidade ao currículo e as adaptações pedagógicas (SME-RJ, 1996). Adaptações de acessibilidade ao currículo se referem à eliminação de barreiras arquitetônicas e metodológicas, sendo pré-requisito para que o aluno possa frequentar a escola regular com autonomia, participar das atividades acadêmicas propostas para os demais alunos. Estas incluem as condições físicas, materiais e de comunicação, como por exemplo, rampas, de acesso e banheiros adaptados, apoio de intérpretes de LIBRAS e/ou capacitação do professor e demais colegas, transição de textos para Braille e outros recursos pedagógicos adaptados para deficientes visuais, uso de comunicação alternativa com alunos com paralisia cerebral ou dificuldades de expressão oral, etc...

As adaptações curriculares, de planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo, ou em aspectos dele, são para acomodar os alunos com necessidades especiais. Tornar real as adaptações curriculares é o caminho para o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos. Identificar essas “necessidades” requer que os sistemas educacionais modifiquem não apenas as suas

atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas que se organizem para construir uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades..

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O plano de estudos desta pesquisa foi traçado a partir de um referencial teórico que considera a Educação inclusiva com base na legislação e informa aos profissionais da educação formas de criar uma cultura de inclusão com segurança, utilizando mecanismos, que se ajustam às atividades de sala de aula e operacionalizam –se na progressão de alunos em processo de inclusão. Veem-se nas escolas na prática inclusiva estratégias e critérios de situação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (MEC/SEESP/SEB, 1998, p.15)

Também se encontra nas cartilhas do MEC esclarecimentos sobre dois tipos de adaptações curriculares, as chamadas adaptações de acessibilidade ao currículo e as adaptações pedagógicas (SME-RJ, 1996). As

Adaptações de acessibilidade ao currículo se referem à eliminação de barreiras arquitetônicas e metodológicas, sendo pré-requisito para que o aluno possa frequentar a escola regular com autonomia, participar das atividades acadêmicas propostas para os demais alunos. Estas incluem as condições físicas, materiais e de comunicação, como por exemplo, rampas, de acesso e banheiros adaptados, apoio de intérpretes de LIBRAS e/ou capacitação do professor e demais colegas, transição de textos para Braille e outros recursos pedagógicos adaptados para deficientes visuais, uso de comunicação alternativa com alunos com paralisia cerebral ou dificuldades de expressão oral, etc...

As adaptações curriculares, de planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo, ou em aspectos dele, são para acomodar os alunos com necessidades especiais.

Tornar real as adaptações curriculares é o caminho para o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos. Identificar essas

“necessidades” requer que os sistemas educacionais modifiquem não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas que se organizem para construir uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades.

A inclusão de alunos com necessidades especiais na classe regular implica o desenvolvimento de ações adaptativas, visando à flexibilização do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula, e atender as necessidades individuais de todos os alunos. De acordo com o MEC/SEESP/SEP 919980, essas adaptações curriculares realizam-se em três níveis:

- * Adaptações no nível do projeto pedagógico (currículo escolar) que devem focar principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais que possam ocorrer no nível de sala de aula e no nível individual.
- * Adaptações relativas ao currículo da classe, que se referem, principalmente, à programação das atividades elaboradas para sala de aula.
- * Adaptações individualizadas do currículo, que focam a atuação do professor na avaliação e no atendimento a cada aluno.

Assim vê-se a que Educação Inclusiva, sob a ótica curricular, significa que o aluno com necessidades especiais deve fazer parte da classe regular, aprendendo as mesmas coisas que os demais da classe, mesmo que de maneira diferente, cabendo ao educador fazer as necessárias adaptações. Essa proposta difere de práticas tradicionais, pois o educador tem como suporte o currículo adaptado e terá que garantir o aprendizado de todos os alunos.

Um currículo que leve em conta a diversidade deve ser, antes de tudo, flexível, e passível de adaptações, sem perda de conteúdo. “Deve ser concebido tendo como objetivo geral a ‘redução de barreiras atitudinais e conceituais”, e se pautar em uma “resignificação do processo de aprendizagem na sua relação com o desenvolvimento humano”

Precisamos nos ater que pequenas modificações que o professor venha a fazer em termos de métodos e conteúdos, só não bastam.

Pelo contrário, implica, sobretudo na reorganização do projeto político pedagógico de cada escola e do sistema escolar com um todo, levando em consideração as adaptações necessárias para a inclusão e participação efetiva de alunos com necessidades especiais em todas as atividades escolares. Sabemos que ensinar o aluno com deficiência é o grande desafio da Educação Inclusiva, pois é neste aspecto que a inclusão deixa de ser uma ideologia, e se torna ação concreta.

Temos que nos ater que inclusão escolar não é o mesmo que inclusão social. A escola inclusiva é a que propicia ao aluno com necessidades especiais, a apropriação do conhecimento escolar, junto com os demais. Se essa dimensão for mascarada o aluno acabará aprendendo menos que no sistema especial, mesmo que socialmente ele se desenvolva e amplie seus horizontes.

Para que a inclusão escolar seja real o professor da classe regular deve estar sensibilizado e capacitado (tanto psicológica quanto intelectualmente) para mudar sua forma de ensinar e adaptar o que vai ensinar.

Temos que ter claro que inclusão não pode ser responsabilidade única da Educação Especial. Não é uma simples questão do professor de Educação Especial ditar ao professor da classe regular, como trabalhar com esse aluno. Se não for desenvolvida uma dinâmica de trabalho integrado, estaremos criando um sistema especial dentro da escola regular, o que não é Educação Inclusiva.

Não podemos esquecer que avaliação no currículo inclusivo deve ser flexível, porém objetiva. Precisamos ter a preocupação com modelos de aprovação facilitada, pois se o aluno com deficiência acabar passando de série sem ter necessários conhecimentos estará reproduzindo os mesmos problemas do ensino especial. Por isso que estamos buscando um novo modelo educacional.

É preciso levar em consideração o pressuposto que a ação prioritária é a capacitação de professores, visando formação teórico-metodológico, que lhe permita se transformar em um professor que possa refletir e re-significar sua prática pedagógica para atender à diversidade do seu alunado.

Mas essa formação precisa ser contínua, incluindo troca de experiência e intercâmbio bem como atividades capacitadoras na própria escola sob forma de centros de estudo e discussão de casos, supervisão, etc. Para o sucesso de uma proposta de Educação Inclusiva é fator determinante um sistema de apoio para lidar com as necessidades especiais não só do aluno, mas também do professor da classe regular. E este sistema de suporte deve estar disponível aonde? Essa é uma questão de nossa responsabilidade e temos que ter a resposta não há mais tempo para intenções e sim realizações.

A inclusão de alunos com necessidades especiais na classe regular implica o desenvolvimento de ações adaptativas, visando à flexibilização do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula, e atender as necessidades individuais de todos os alunos. De acordo com o MEC/SEESP/SEP1980, essas adaptações curriculares realizam-se em três níveis:

- * Adaptações no nível do projeto pedagógico (currículo escolar) que devem focar principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais que possam ocorrer no nível de sala de aula e no nível individual.
- * Adaptações relativas ao currículo da classe, que se referem, principalmente, à programação das atividades elaboradas para sala de aula.
- * Adaptações individualizadas do currículo, que focam a atuação do professor na avaliação e no atendimento a cada aluno.

A Educação Inclusiva, sob a ótica curricular, significa que o aluno com necessidades especiais deve fazer parte da classe regular, aprendendo as mesmas coisas que os demais da classe, mesmo que de maneira diferente, cabendo ao educador fazer as necessárias adaptações. Essa proposta difere de práticas tradicionais, pois o educador terá que garantir o aprendizado de todos os alunos. Um currículo que leve em conta a diversidade deve ser, antes de tudo, flexível, e passível de adaptações, sem perda de conteúdo.

“Deve ser concebido tendo como objetivo geral a ‘redução de barreiras atitudinais e conceituais”, e se pautar em uma “resignificação do processo de aprendizagem na sua relação com o desenvolvimento humano”Precisamos nos

ater que pequenas modificações que o professor venha a fazer em termos de métodos e conteúdos, só não bastam. Pelo contrário, implica, sobretudo na reorganização do projeto político pedagógico de cada escola e do sistema escolar com um todo, levando em consideração as adaptações necessárias para a inclusão e participação efetiva de alunos com necessidades especiais em todas as atividades escolares. Sabemos que ensinar o aluno com deficiência é o grande desafio da Educação Inclusiva, pois é neste aspecto que a inclusão deixa de ser uma ideologia, e se torna ação concreta. Temos que nos ater que inclusão escolar não é o mesmo que inclusão social.

A escola inclusiva é a que propicia ao aluno com necessidades especiais, a apropriação do conhecimento escolar, junto com os demais. Se essa dimensão for mascarada o aluno acabará aprendendo menos que no sistema especial, mesmo que socialmente ele se desenvolva e amplie seus horizontes. Para que a inclusão escolar seja real o professor da classe regular deve estar sensibilizado e capacitado (tanto psicológica quanto intelectualmente) para mudar sua forma de ensinar e adaptar o que vai ensinar. Temos que ter claro que inclusão não pode ser responsabilidade única da Educação Especial. Não é uma simples questão do professor de Educação Especial ditar ao professor da classe regular como trabalhar com esse aluno. Se não for desenvolvida uma dinâmica de trabalho integrado, estaremos criando um sistema especial dentro da escola regular, o que não é Educação Inclusiva.

Não podemos esquecer que avaliação no currículo inclusivo deve ser flexível, porém objetiva. Precisamos ter a preocupação com modelos de aprovação facilitada, pois se o aluno com deficiência acabar passando de série sem ter necessários conhecimentos estaremos reproduzindo os mesmos problemas do ensino especial. Por isso que estamos buscando um novo modelo educacional. Deve-se partir do pressuposto que a ação prioritária é a capacitação de professores, visando formação teórico-metodológico, que lhe permita se transformar em um professor que possa refletir e re-significar sua prática pedagógica para atender à diversidade do seu alunado.

Mas essa informação precisa ser contínua, incluindo troca de experiências e intercambio bem como atividades capacitadoras na própria

escola nos encontros pedagógicos com atividades repassadas aos professores pela equipe pedagógica sob forma de discussão de temas relacionados, enumeração de casos de alunos com dificuldades de aprendizagem e que repetiram o ano e continuam em defasagem ,casos, de alunos com necessidades especiais e que precisam de adaptação para estar na escola que é seu direito. E para o sucesso de uma proposta de repasse dos estudos sobre a Educação Inclusiva é fator determinante que se busque repassar para o Núcleo Regional de Educação e para a Secretaria de Educação da intenção de auxiliar com este referencial teórico que visa melhorar e apoiar o trabalho junto às necessidades especiais não só do aluno, mas também do professor da classe regular. E este sistema de suporte deve estar disponível na página do “[wwdiadia educacao.pr.gov.br](http://www.diadiaeducacao.pr.gov.br)” que é o site da SEED/PR, sessão Educadores. Todos devem participar das mudanças na área da educação. E participar é contribuir com respostas para os problemas encontrados na área educacional. A resposta sobre ponto de vista reflexivo é não há mais tempo para intenções mas sim para realizações.

BIBLIOGRAFIA

ASSMANN, Hugo. Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/>

LEIS/L9394.htm>. Acesso em 22 mar 2008

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

_____. Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais Especiais. Brasília: MEC; SEESP, 2000.

_____. Estratégias e orientações para a educação de alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem associadas às condutas típicas. Brasília: MEC; SEESP, 2002.

BURMHAM, Terezinha Fróes. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. Em Aberto. Brasília, n. 58, p. 2-13, abr./jun., 1993.

CINTRÃO, Mônica. Inclusão, Aspectos teórico – práticos. Educação Inclusiva. 2010;

www.unip

interativa.com.br

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MEC, BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 1999. www.mec.gov.br

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 13, n. 1, p. 111-130, jan/abr, 2007.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: reformar o pensamento, pensar a reforma. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

REFERÊNCIAS DE INTERNET

http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0182/aberto/mt_67180.shtml

http://caminhosdainclusao.blogspot.com/2007_08_01_archive.html

[http://www.educacaoonline.pro.br/adaptacoes_curriculares.asp?](http://www.educacaoonline.pro.br/adaptacoes_curriculares.asp?f_idartigo=393)

[http://www.portal.mec.gov.](http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha04.pdf)

[br/seesp/arquivos/pdf/cartilha04.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha04.pdf)

http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/pdf/Adaptacao_curricular_pt.pdf

<http://www8.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dee/deesurdez.php>

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382006000200007&lng=pt&nrm=iso)

[65382006000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382006000200007&lng=pt&nrm=iso)

<http://inclusaobrasil.blogspot.com/2007/08/aceso-e-permancia-com-sucesso-avaliacao.html>

<http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2005/artigos/capitulo%204/arededeapoio.pdf>

